

negócios **mais.**  
edição especial

Este suplemento é parte integrante do Jornal de Negócios nº 2271, de 12 de Junho de 2012, e não pode ser vendido separadamente

✓ **FRANCISCO COSTA**  
"Governo tomou decisões profundamente erradas"

✓ **CASO DE ESTUDO**  
Leis fiscais estáveis ajudam ilhas britânicas

**VEJA MAIS EM NEGOCIOS.PT**

# Competitividade

## Que papel para a Zona Franca da Madeira?

Falta ao País uma estratégia que permita atrair investimento externo. Para os economistas e fiscalistas que participaram na conferência do Negócios sobre a Zona Franca da Madeira, este centro internacional poderá ter, naquele âmbito, um papel importante a desempenhar.

Bruno Simão

Pub

**SDM**

Sociedade de Desenvolvimento da Madeira

Em parceria com **negocios**

**PORTUGAL  
COMPETITIVO**



## Portugal Competitivo

### LEIS FISCAIS

# Falta uma estratégia nacional de competitividade para atrair investimento

Defensores da Zona Franca da Madeira entendem que centro de negócios é fulcral para assegurar capacidade de concorrência da região e do país a nível internacional

**JOÃO MALTEZ**

jmaltez@negocios.pt

Falta ao país uma estratégia de competitividade que lhe permita ser atractivo para os investidores internacionais. Exaustivamente enfatizada por economistas e fiscalistas que participaram na conferência “Portugal Competitivo – O papel da Zona Franca da Madeira (ZFM)”, uma iniciativa organizada pelo **Negócios** em parceria com a Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, a ideia ganha força no actual contexto de assistência externa e quando são necessários trunfos, nomeadamente a nível fiscal, para concorrer num mercado globalizado. Neste âmbito, e na opinião dos mesmos intervenientes, o centro de negócios madeirense pode ter um papel importante a desempenhar.

Localizado numa região ultraperiférica face ao espaço comunitário, a criação da zona franca, segundo Francisco Costa, presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, teve por primeiro objectivo proporcionar “condições para a sustentabilidade económica da região autónoma”. Actualmente, frisa o mesmo responsável, “está em causa saber por que razão não tem a ZFM condições similares, no espaço da União Europeia (UE), para assegurar condições equivalentes para a captação de investimentos?”.

Francisco Costa lembra que se estabelecermos comparações entre o regime madeirense e os de outras regiões europeias, casos das ilhas de Jersey, Man e Guernsey, a Madeira parte em desvantagem. Ao contrário do que acontece naqueles territórios sob tutela britânica, a região portuguesa está dependente de circunstancialismos políticos da União Europeia e da aprovação ou não de um conjunto de regras que ciclicamente têm de ser negociadas entre o Estado português e as autoridades de Bruxelas.

[Com mudanças legislativas na ZFM], o princípio da estabilidade do sistema fiscal ruiu por completo.

**CARLOS LOBO**  
Fiscalista

Temos uma ‘pérola’ de estratégia que seria errado desperdiçar.

**JAIME ESTEVES**  
Fiscalista

#### Estabilidade legislativa

Para Carlos Lobo, ex-secretário de Estado das Finanças, “bastaria estabilidade legislativa para que o centro internacional de negócios tivesse competitividade. A ZFM tem a vantagem de estar na UE, de estar num espaço regulado, nomeadamente ao nível do sistema bancário, o que dá segurança aos investidores”. O problema é que, argumenta o ex-governante, “o princípio da estabilidade do sistema fiscal ruiu por completo”. Isto, considera ainda, depois de recentemente se ter feito uma alteração do regime da ZFM “que nem sequer era exigida pela União Europeia” [ver texto nestas páginas].

O economista João Salgueiro critica estas decisões e a falta de estratégia da classe política em geral, e em particular dos diferentes governos, relativamente ao aproveitamento da ZFM. “Se não é estupidez, é desleixo ou populismo injustificado”, acusa. Sobre tudo porque, em sua opinião, se perde um trunfo importante, numa altura em que o País, num contexto marcado pelas regras ditadas pelos credores externos, tem de continuar a lidar com uma realidade mundial em que há liberdade de circulação de capitais e em que há concorrência pelas condições de competitividade.

#### Acarinhar os poucos benefícios

O fiscalista Jaime Esteves considera que a ausência de uma estratégia nacional para criar condições de competitividade “é trágica”. Por isso considera que “os poucos benefícios fiscais que temos têm que ser ainda mais acarinhados face ao que o eram no passado”. Neste sentido, em sua opinião a zona franca continua a ter razão de existir. “Temos uma ‘pérola’ de estratégia que seria errado desperdiçar”, argumenta.

Numa altura em que a transparência das práticas nos chamados paraísos fiscais está sob um cada vez maior escrutínio das organizações internacionais, há centros de negócios que são verdadeiramente escrutinados, como é o caso da ZFM, mas outros em que tal está longe de suceder, observa Clotilde Celorico Palma, professora universitária especializada em direito fiscal,

“O Estado belga, por exemplo, garante confidencialidade absoluta na constituição de offshores, mas nunca foi analisado na OCDE. Todo este exercício é um exercício hipócrita”, argumenta, para depois lembrar que a ZFM nunca foi posta em causa ao nível das boas práticas. “Na ZFM há transparência. As empresas aí sediadas têm vindo a ser escrutinadas, como é público e notório, uma boa prática que deve existir e ser incentivada”, conclui.

**790**

Número de sociedades que deixou a zona franca, desde 2011 até Abril deste ano, após fim de benefícios fiscais.

**160**

Milhões de euros em IRC, à taxa de 4%, que deixaram de pagar. Em 2013, à taxa de 5%, pagariam 200 milhões.

**10**

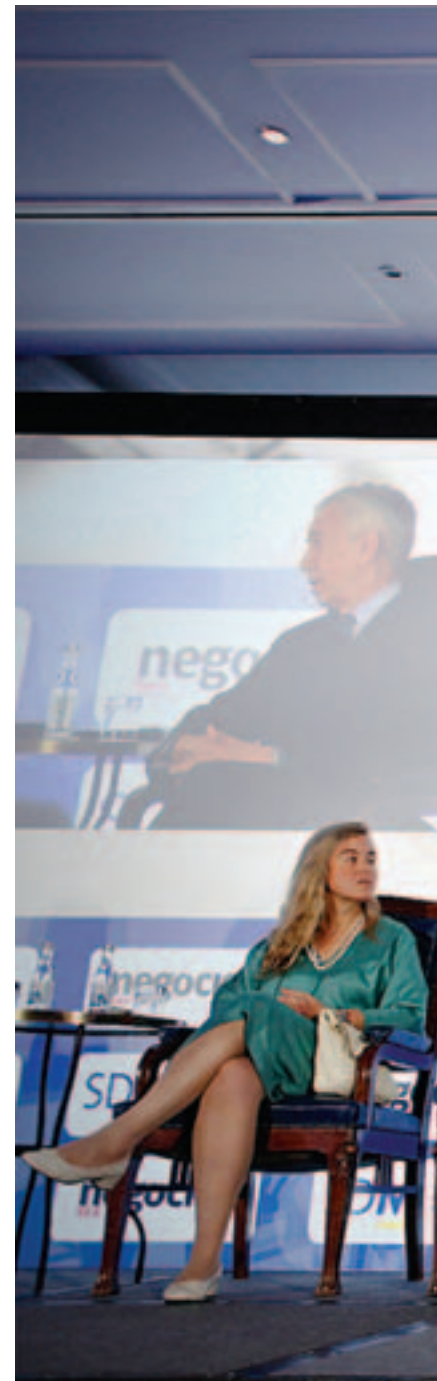
Valor estimado, em mil milhões de euros, do volume de depósitos que terão saído, após fins de benefícios fiscais.

**294**

Número de empregos directos existentes na zona franca industrial em finais de 2010, segundo, segundo a SDM.

**2.781**

Número de empregos directos e indirectos na zona franca em finais de 2010, segundo, segundo a SDM.



Debate | Da esquerda para a direita, Clotilde

## Fim de bene

Com as quase 800 sociedades que saíram da Madeira no espaço de ano e meio, os responsáveis da zona franca estimam uma perda em IRC de 160 milhões de euros.

Bruno Simão



## DITOS

Por que razão não tem a ZFM condições similares, na União Europeia, para assegurar a captação de investimentos?

**FRANCISCO COSTA**  
Presidente da SDM

[Não aproveitamento da ZFM] se não é estupidez, é desleixo ou populismo injustificado.

**JOÃO SALGUEIRO**  
Economista

Os poucos benefícios fiscais que temos têm que ser ainda mais acarinhados face ao que o eram no passado.

**JAIME ESTEVES**  
Fiscalista

Na ZFM há transparência. As empresas aí sediadas têm vindo a ser escrutinadas.

**CLOTILDE CELORICO PALMA**  
Docente universitária

Bastaria estabilidade legislativa para que o centro internacional de negócios tivesse competitividade.

**CARLOS LOBO**  
Fiscalista

Celorico Palma, João Salgueiro, Carlos Lobo, Jaime Esteves e Francisco Costa. Especialistas em sintonia na defesa da zona franca.

# Benefícios fiscais leva a debandada de empresas

“É difícil de aceitar que o país precisa de crescer, de atrair recursos externos, de captar investidores e poupanças” e, ao mesmo tempo, “convida empresas, muitas delas multinacionais, a sair”. O desabafo é de Francisco Costa, presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, e tem em mente a decisão recente do Executivo em retirar benefícios fiscais às entidades sediadas no centro internacional de negócios do arquipélago, o que terá originado a sua debandada e a saída de milhões de euros em depósitos.

O Governo português abriu recentemente o dossiê negocial com a Comissão Europeia em torno dos “plafonds” e limites máximos aos benefícios fiscais colocados ao dispor das empresas instaladas na Zona Franca da Madeira (ZFM). O propósito anunciado é o de propor-

cionar a este centro de negócios condições de competitividade fiscal semelhantes às aquelas de que beneficiam entidades europeias congêneres.

O mesmo Executivo deu contudo um sinal de sentido oposto, ao assumir, em sede de Orçamento do Estado, o corte de benefícios fiscais às entidades, nomeadamente do sector bancário, que funcionam no centro de negócios madeirense. Esta decisão terá levado à saída, desde 2011 e até final de Abril deste ano, de um total de 790 empresas, e à transferência para outras jurisdições de valores de depósito na ordem dos 10 mil milhões de euros.

“Com a presunção de que estas empresas continuariam na Madeira, relativamente à perda de IRC, tendo em conta as quase 800 sociedades que saíram em 2011 e 2012, à

taxa aplicável de 4% teriam um pagamento mínimo de 160 milhões de euros. Em 213 e anos seguintes, com a taxa em 5%, o IRC seria de cerca de 200 milhões de euros”, afirma Francisco Costa, presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM).

“Em relação aos depósitos de não residentes decorrentes da saída da banca e provocados pela decisão política consagrada no orçamento rectificativo de retirar benefícios aos depositantes não residentes, não há números exactos, mas certamente correspondem a largos milhares de milhões de euros”, avança o presidente da SDM.

O mesmo responsável convida ao exercício de pensarmos no esforço que está a ser pedido aos madeirenses no âmbito do programa de consolidação financeiro regional.

Tal como diz, o acréscimo de receita fiscal previsto neste programa relativamente a 2012 é de cerca de 128,9 milhões de euros – em IVA em IRS, em impostos especiais de consumo. Em 2013 é de 89,9 milhões.

“Estamos a falar de números muito inferiores aos números perdidos só em IRC devido à saída provocada destas empresas. Empresas que se deslocaram, na sua maioria, para as praças europeias concorrentes – para a Holanda, para a Áustria, para o Luxemburgo, para a Suíça. Os depósitos foram para as Cayman, para o Luxemburgo, para Macau”, avança ainda, para concluir: “Sem que seja extrapolável, mas para termos o mesmo efeito ao nível da perda de receita desta natureza no todo nacional, teríamos de falar em seis mil a sete mil milhões de euros.”



# Portugal Competitivo

FRANCISCO COSTA, PRESIDENTE DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DA MADEIRA

## “Actual Governo teve duas decisões profundamente erradas”

Francisco Costa diz que não esperava este tipo de abordagem de Governo PSD à Zona Franca e não consegue encontrar explicação para as decisões

ANA LARANJEIRO  
alajaranjeiro@negocios.pt

A redução dos incentivos fiscais na Zona Franca da Madeira tem a mão de, pelo menos, dois governos: o actual e o anterior. Francisco Costa ainda dá o benefício da dúvida ao Governo de Sócrates. Mas não ao actual. Aponta o dedo ao Governo de Passos Coelho porque nele “há quem conheça bem o processo do Centro Nacional de Negócios da Madeira” (CINM). E acredita mesmo que o actual Governo sai beliscado com as decisões que têm sido tomadas relativamente à Zona Franca.

No que toca à renegociação dos “plafonds”, uma decisão positiva seria uma decisão rápida de Bruxelas, mas admite não estar confiante nesse desfecho pois isso exige um processo negocial amplo, coisa que não tem visto. Confessa ainda não ter esperança que as centenas de empresas que já saíram da Zona Franca voltem. Mas espera conseguir atrair outras do mesmo segmento “se rapidamente for recomposta a situação do Centro Nacional de Negócios da Madeira”.

**Quem é que, na sua opinião, fez pior à Zona Franca da Madeira? O anterior ou actual executivo?**

O anterior executivo teve decisões erradas no fim. O segundo Governo de Sócrates teve decisões erradas em matéria de “plafonds” e que tiveram consequências sérias. O actual Executivo teve uma decisão correcta que foi reabrir o processo dos “plafonds”. E depois teve duas decisões profundamente erradas: quanto aos dividendos e quanto aos depositantes da banca. As pessoas que tomaram decisões no anterior executivo não conheciam bem – dou-lhes esse benefício – o processo do CINM. No actual executivo, há quem conheça bem o processo do CINM e esperar-se-ia que as decisões tivessem sido mais cuidadas.

**Esperava este tipo de abordagem de um Governo PSD?**

Não esperava de todo.

**O actual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, enquanto consultor,**

**trabalhou muito nessa área. Como é que explica estas recentes decisões? Quer no Orçamento Rectificativo quer no Orçamento de Estado?**

Não consigo explicar, nem no plano racional.

**Não consegue encontrar qualquer explicação?**

Não consigo encontrar explicações racionais.

**Na sua opinião, o PSD e o CDS saem fragilizados com estas decisões que estão a tomar relativamente à Zona Franca da Madeira?**

Admirar-me-ia muito que não saíssem se as pessoas tiverem consciência de que estas decisões atingem o País – não atingem só a Zona Franca da Madeira. A imagem que está a ser dada pelos decisores políticos nacionais, nas decisões tomadas nesta matéria, é uma imagem de erratismo, de não sustentação dos seus compromissos, de instabilidade. E isso é dado ao nível internacional. Os operadores internacionais sabem que quem toma as decisões em relação à Zona Franca da Madeira, são os decisores da República e sabem que as decisões erradas que estão a ser tomadas – decisões sem fundamentação e de um ponto de vista racional insustentáveis – são decisões tomadas pela República. É o País e os seus decisores políticos que estão em causa.

**Como é que explica que a Região Autónoma da Madeira esteja tão dependente da Zona Franca?**

Todas as pequenas economias insulares europeias – e não só as europeias – bem-sucedidas, assentaram o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica em mecanismos de atracção de investimento e de prestação de serviços à escala internacional, como aqueles que estão previstos na Zona Franca da Madeira. Não é novidade nenhuma. As pequenas economias têm de ter políticas ajustadas, políticas de desenvolvimento económico e de sustentabilidade ajustadas às suas condições. Não se pode mecanicamente transpor para pequenas economias insulares, políticas desenhadas para economias continentais.

Não faz sentido, aplicar a realidades diferentes políticas iguais. Geralmente está errado.

**Está em renegociação os “plafonds”. O que é que seria uma boa decisão para a Zona Franca?**

Seria uma decisão rápida da Comissão Europeia (CE), de aceitação da notificação que foi feita pelo Estado português, de correcção do aumento dos “plafonds”.

**Está confiante numa resposta positiva?**

Devia estar. Esperava poder estar. No entanto, não tenho assistido a empenhamento político da República no acompanhamento deste processo. E como sabemos, as decisões tomadas a nível comunitário geralmente são sempre precedidas de muitas negociações, muitos contactos, de grande trabalho de lobby. E esse trabalho, eu não o conheço. Se existe não o conheço.

**Com este processo muitas empresas fugiram da Madeira, da Zona Franca da Madeira, espera que regressem se houver uma resposta positiva?**

A maior parte destas empresas, e muitas delas são multinacionais de primeira ordem, foram para outras jurisdições, outras praças europeias. Foram para a Holanda, Luxemburgo, Malta, Áustria, Suíça, e eu não acredito que, depois do que lhes aconteceu – ou seja, depois de verem retirados benefícios, de verem os compromissos assumidos pelo Estado português serem denegados – e de estarem em outras praças europeias, voltem até à Madeira. O que espero é que se houver bom senso, se rapidamente for recomposta a situação do CINM, espero poder atrair outras empresas.

**Que tipo de empresas?**

Empresas do mesmo tipo. Empresas prestadoras de serviço internacionais, gestoras de participações. Todo um conjunto de empresas de serviços à escala global, que eram esse tipo de empresas que tínhamos na Madeira com grande sucesso.

**Na questão dos juros que há pouco falava, o Governo alega que se trata de**

### PERFIL

FRANCISCO COSTA,  
PRESIDENTE DESDE 1987

Francisco Costa é licenciado em Economia pelo ISEG e está, desde 1976, ligado ao Centro Internacional de Negócios da Madeira. Primeiro na concepção e criação do centro e a partir de 1987 como presidente do conselho de administração da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira – empresa que tem a concessão do CIMN. Desde há muito que é o rosto da Zona Franca da Madeira e, com a perda de regalias fiscais naquela Zona, tem se multiplicado em acções junto dos órgãos de comunicação social para mostrar a posição do CINM. Numa entrevista recente ao jornal “Público”, Francisco Costa sustentou, quando questionado sobre as declarações do presidente do Governo Regional da Madeira – que afirmou que caso não sejam adoptadas medidas para viabilizar a Zona Franca, avança com um pedido com um pedido de saída da UE -, que o nos dias de hoje “está em causa é o estatuto da Madeira na UE como condição de obtenção de maior eficácia na política de desenvolvimento regional”.

**uma imposição da CE, que não aceita auxílios de Estado ao sector financeiro. Não é assim, na sua opinião?**

Os bancos portugueses que estavam na Madeira, estavam licenciados ao abrigo do primeiro regime que garantia a permanência destes benefícios. A posição comunitária é claríssima nessa matéria. O Governo hesitou recentemente neste domínio, formulou uma pergunta à CE em termos muitíssimo infelizes e que levariam, provavelmente, a uma resposta negativa. Portanto, agora é fácil invocar a Comissão Europeia.



Bruno Simão



“O segundo Governo de Sócrates teve decisões erradas em matéria de ‘plafonds’. O actual Executivo teve uma decisão correcta que foi reabrir o processo dos ‘plafonds’.”

“A imagem que está a ser dada pelos decisores políticos nacionais é uma imagem de erratismo, de não sustentação dos seus compromissos, de instabilidade.”

“O que espero é que se houver bom senso, se rapidamente for recomposta a situação do CIN, espero poder atrair outras empresas.”

“Não esperava de todo [este tipo de abordagem de um Governo PSD].”



# Portugal Competitivo

## IDEIAS PARA MANTER A ATRACTIVIDADE DA ZONA FRANCA DA MADEIRA

Pese embora a incerteza das leis, sempre em mudança, e a redução de alguma competitividade fiscal, há quem defenda que a Zona Franca da Madeira pode continuar a dar cartas. Como? Enquanto plataforma de gestão das relações que tecem a malha económica global, em particular no eixo Atlântico. Há ainda quem enalteça a transparência de processos e o regime deste centro internacional de negócios – distanciando-o dos chamados paraísos fiscais – e lhe encontre outros trunfos: tornar-se a porta de entrada para projectos de internacionalização, sobretudo para os países da África lusófona.

JOÃO MALTEZ

Fotos: Bruno Simão



António Lobo Xavier | Diz que o centro de negócios da Madeira tem sido perseguido por razões políticas e ideológicas.



Rogério Fernandes Ferreira | O advogado afirma que a Zona Franca da Madeira perdeu a sua utilidade.

### Sucessivas mudanças nas leis “geraram intranquilidade”

“A Zona Franca da Madeira (ZFM) foi sempre perseguida, ninguém lhe deu estabilidade e sempre foi alvo de intranquilidade. Mesmo assim foi um sucesso”. O argumento é esgrimido por António Lobo Xavier, advogado especialista em direito fiscal, e utilizado em defesa do centro internacional de negócios da região madeirense.

Para este fiscalista, “nenhuma outra zona franca resistiria a uma intervenção legislativa e administrativa como aquela que tem sofrido a ZFM. Manter-se ainda viva é, realmente, um prodígio”. Tendo em conta que, como afiança, “naquele centro de negócios não há ocultação de informação e há total transparência”, Lobo Xavier questiona-se, sobre qual a razão que terá levado o Executivo a retirar os benefícios fiscais que eram atribuídos às empresas, nomeadamente instituições bancárias, que se encontravam sediadas na ZFM.

“Poderia dizer-se que são exigências das autoridades europeias”, argumentou, para depois lembrar que Portugal não tem tido sempre o mesmo zelo a cumprir as exigências europeias. “Comparemos, por exem-

plo, o que se passa com a ZFM com o que se passou com as ‘golden share’. Em certas alturas, contra a doutrina, contra as correntes jurisprudenciais, disputa quase até ao limite a possibilidade de adiar as exigências comunitárias. Nesta questão da Madeira resolveu antecipar-se às próprias autoridades comunitárias”, acusou.

“Como este dano provocado na ZFM produz quebra de receitas, produz saída de capital e prejudica a Madeira, suponho que só há uma explicação: compreendo a perseguição por razões ideológicas, compreendo o discurso anticapitalista de certas correntes políticas mais à esquerda, mas parece que a zona franca tem sido o bode expiatório de outras preocupações muito discutíveis”, frisa o advogado.

Em sua opinião, “face aos cortes de salários e aos cortes de pensões, aumentou-se [em contraponto] a fiscalidade externalizada sobre as pessoas e sobre as empresas”. Em conclusão, Lobo Xavier entende que “se a justificação é esta, é lamentável que seja utilizada, porque produz em si mesma perda de receita e um prejuízo para a região da Madeira”.

Compreendo o discurso anticapitalista de certas correntes políticas mais à esquerda, mas parece que a zona franca tem sido o bode expiatório de outras preocupações muito discutíveis.

ANTÓNIO LOBO XAVIER  
Fiscalista

### Porta de entrada em países de

Será que a Zona Franca da Madeira (ZFM) perdeu a sua utilidade enquanto plataforma de investimento internacional? O fiscalista Rogério Fernandes Ferreira entende que não e vê nos instrumentos de que ainda dispõe aquele centro de negócios uma porta aberta para o investimento, nomeadamente, nos países africanos de língua oficial portuguesa.

“A utilização da ZFM não impede a aplicação das convenções de eliminação de dupla tributação, o que torna ainda atractivo o investimento aí efectuado. Desde logo, como porta de entrada para investimento noutros países, como os de língua oficial portuguesa”, diz Fernandes Ferreira.

De acordo com este especialista, atendendo ao regime de eliminação de dupla tributação económica de lucros distribuídos por sociedades residentes em países africanos de expressão oficial portuguesa e Timor Leste, os dividendos recebidos por subsidiárias sediadas nos PALOP podem estar isentos de IRC, ao abrigo deste regime especial.

“Estes países têm hoje uma importância fulcral na economia portuguesa, pelo que é importante a



iança que são vários os instrumentos fiscais que ainda favorecem a ZFM.

## trada para investir o mundo lusófono

existência de um regime que proporcione vantagens em estruturar, através de uma sociedade intermediária, na ZFM, um projecto de internacionalização, sobretudo para os países da África lusófona. Estrutura esta que, aliada à eliminação da dupla tributação, permite um pagamento reduzido em sede de IRC de 4%, actualmente, e de 5%, a partir de 2013”, sublinha Rogério Fernandes Ferreira.

Por outro lado, apesar de não haver a tradição de constituição e gestão de estruturas de “trust” na ZFM, em função de legislação para o efeito é possível optar no centro internacional de negócios da Madeira por este tipo de estrutura. Estruturas estas que, na opinião do fiscalista, “podem representar um factor de competitividade fiscal internacional que não tem sido utilizado”.

Paralelamente, sublinha, existe a possibilidade de aplicação dos vastos acordos de eliminação de dupla tributação celebrados por Portugal e que abrangem a zona franca. É neste conjunto de instrumentos que o fiscalista vê vantagens competitivas por parte da Madeira relativamente a outras praças internacionais.

**A zona franca tem ainda hoje alguma utilidade e vantagens competitivas relativamente a outras praças internacionais.**

**ROGÉRIO F. FERREIRA**  
Fiscalista



**Luís Amado** | O ex-governante entende que a zona franca pode ajudar Portugal a tornar-se competitivo no plano internacional.

## “Sempre vi a zona franca como um projecto de estratégia nacional”

Num contexto de grandes mudanças na economia global e europeia, Luís Amado, presidente do Banif, defende o posicionamento da Zona Franca da Madeira (ZFM) como plataforma das interações económicas dos países do Atlântico. “O Grande desafio da economia atlântica nos próximos anos vai ser o da integração no eixo Norte-Sul, de modo a fazer contrapeso ao eixo dominante da economia mundial, o sistema Índico-Pacífico”, entende o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros. Aqui, insiste Amado, o centro internacional de negócios madeirense poderá ser nevrálgico para a competitividade do País.

“A aceleração do processo de integração na Europa vai fazer-se daqui até final do ano de uma forma absolutamente impetuosa. O debate do posicionamento da zona franca na nova realidade com que o País se vai confrontar é absolutamente urgente”, argumenta Luís Amado.

Competitividade, nomeadamente no sector fiscal, é a palavra de ordem até agora por cumprir, admite este economista. Em sua opinião, só a “falta de capacidade política que houve no País, sobretudo entre os

partidos do Governo, impediu que o projecto da ZFM integrasse uma estratégia de desenvolvimento e de internacionalização da economia nacional”.

No entanto, o revitalizar deste projecto poderá ter pernas para andar. Até porque, como sublinha Amado, “o processo de integração no Atlântico é absolutamente vital para a própria subsistência da influência do ocidente no desenvolvimento da vida mundial”. E tal passa em muito, insiste este economista, pela capacidade de gerar relações no domínio empresarial, e pela inovação sob o ponto de vista financeiro e de serviços. Dito isto, defende que são precisas plataformas, como a da Madeira, que façam a gestão das relações que tecem malha económica global.

“Sempre vi a zona franca como um projecto de estratégia nacional. O País não pode menosprezar a única plataforma que foi capaz de gerar nestes últimos 30 anos de promoção de uma economia aberta, diversificada, inovadora e com capacidade de competir na vanguarda dos processos de modernização económica”, conclui Luís Amado.

**O País não pode menosprezar a única plataforma que foi capaz de gerar nestes últimos 30 anos de promoção de uma economia aberta, diversificada e inovadora.**

**LUÍS AMADO**  
Presidente do Banif



# Portugal Competitivo

CENTROS DE NEGÓCIOS

## Leis fiscais estáveis e atractivas jogam a favor das ilhas britânicas

Consultor financeiro inglês esgrime razões em defesa dos centros de negócios de Man, Jersey e Guernsey

JOÃO MALTEZ

Há quem veja as ilhas britânicas de Jersey, Guernsey e Man como paraísos fiscais e as associe a actividades ilícitas. Há quem, por outro lado, as entenda como regiões fiscalmente competitivas, argumentando que este trunfo concedido pela União Europeia é utilizado pelos poderes administrativos locais para promoverem o desenvolvimento económico e social das suas regiões. Foi esta última ideia que o consultor britânico Michael Gates veio defender a Lisboa, enquanto orador da conferência “Portugal Competitivo – O Papel da Zona Franca da Madeira”.

Antigo responsável pela promoção e desenvolvimento dos sectores de serviços financeiros e profissionais da Ilha de Man, Michael Gates entende que o desenvolvimento daquela região – que como Jersey e Guernsey está sob a tutela da Coroa britânica – não seria possível se não fossem os níveis de investimento atraídos ao longo das últimas décadas. No caso concreto de Man, segundo evidencia o consultor, a economia tem registado taxas de crescimento sucessivas desde há 27 anos.

Qualquer das três regiões dispõe de autonomia administrativa, judicial e fiscal. Oficialmente não fazem parte do Reino Unido ou da União Europeia, mas o governo inglês encarrega-se de as representar internacionalmente e de assegurar a sua defesa. No plano legislativo, têm poder para aprovar leis a nível local, com o consentimento da Coroa britânica.

Qualquer destes três centros de negócios está referenciado pelas agências de rating com o chamado “triple A”, o que resulta, em boa parte, na opinião de Gates, da inexistência de dívida pública, de aquelas jurisdições disporem de reservas financeiras consideráveis e de existir estabilidade fiscal, política e social.

### Trunfos para atrair quadros

A disponibilidade financeira permitiu que, nos últimos anos, em qualquer das ilhas fosse possível avançar com a criação de infraestruturas e equipamentos sociais para o conjunto da população, nomeadamente nos sectores da educação, da saúde e do bem-estar.

“São regiões prósperas e com taxas de desemprego sem significado”, enfatiza o mesmo consultor. “Há



Michael Gates | Consultor britânico evidencia o facto de qualquer das três ilhas contar com autonomia administrativa, legislativa, judicial e fiscal.

uma elevada qualidade de vida para os habitantes daquelas ilhas. Poucos problemas sociais, baixos índices de criminalidade, impostos baixos. Tudo isto são também razões que podem explicar a facilidade com que as empresas ali sediadas se deparam para atrair e manter funcionários tecnicamente bem preparados, conseguindo assim criar uma importante massa crítica e equipas muito bem preparadas”, argumenta.

As ilhas de Jersey, Guernsey e Man são apresentadas como um caso de estudo no que diz respeito ao desenvolvimento económico alcançado e, por conseguinte, aos índices de bem-estar proporcionados à respectiva população. O que contribuiu para esta realidade? Desde logo, dispõem de uma localização privilegiada, com ligações aéreas e marítimas fáceis quer para Londres quer para a Europa continental.

Apar disso, contam, tal como evidencia Michael Gates, “de comunicações electrónicas de classe mundial”. O mesmo consultor adiciona, porém, outras razões para explicar o sucesso registado nas três ilhas: “dispõem de sistemas financeiros eficientes e contam com elevados níveis de estabilidade tributária, legislativa, política e social”.

## TRÊS CENTROS DE NEGÓCIOS INSULARES

Jersey, Guernsey e Man são apresentadas como um caso de estudo, tendo em conta o desenvolvimento económico alcançado

### GUERNSEY

Localizada no Canal da Mancha, a Ilha de Guernsey dispõe de autonomia administrativa, jurídica e fiscal, embora se encontre ligada à Coroa Britânica. Tem uma população estimada em pouco mais de 65 mil habitantes. Registou em 2010 um rendimento nacional bruto de 4 mil milhões de libras (cerca de 4,9 mil milhões de euros). Em 2011 estavam ali sediadas, segundo o governo local, 17.500 empresas. No mesmo ano, as delegações das instituições financeiras acumulavam um volume de depósitos na ordem dos 140 mil milhões de euros. Actividade bancária, seguros ou registos de embarcações e aeronaves são os sectores que destacam neste centro de negócios.

### ILHA DE MAN

A Ilha de Man fica localizada em pleno Mar da Irlanda, entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Conta com uma população de cerca de 85 mil habitantes, que se distribui por uma área de 572Km<sup>2</sup>, cerca de 2/3 do território da Ilha da Madeira [a ilha portuguesa tem um pouco mais de 750 Km<sup>2</sup>, segundo dados de 2011, a sua população era superior a 262 mil habitantes]. Man contou em 2010 com um Produto Interno Bruto de 3,25 mil milhões de libras (cerca de 4 mil milhões de euros). Em 2011 estavam ali sediadas 29.095 empresas, do sector bancário, fundos de investimento e seguros de jogos de Internet - área de especialização.

### JERSEY

Jersey, ilha sob a tutela da Coroa britânica localizada no Canal da Mancha, tem quase 98 mil habitantes, que se distribuem por um território com cerca de 1/4 da Ilha da Madeira. Em 2010, segundo dados do governo local, o seu Produto Interno Bruto ascendeu a 1,9 mil milhões de libras (cerca de 2,3 mil milhões de euros). No ano passado, estavam sediadas naquela ilha um total de 33.116 empresas. As delegações das instituições financeiras presentes com um volume de depósitos na ordem dos 240 mil milhões de euros. Acolhe sobretudo bancos e fundos de investimento e seguros e dispõe de um importante sector na área do registo de embarcações e aeronaves.

Bruno Simão